

**Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Faculdade de Ciências Humanas
Curso de Graduação em Filosofia**

Isadora Delgado de Lima

**A FALIBILIDADE DOS SENTIDOS E A FUNDAMENTAÇÃO RACIONAL DO
CONHECIMENTO EM DESCARTES**

Campo Grande – MS
2026

Isadora Delgado de Lima

**A FALIBILIDADE DOS SENTIDOS E A FUNDAMENTAÇÃO RACIONAL DO
CONHECIMENTO EM DESCARTES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como pré-requisito para graduação no Curso
de Licenciatura em Filosofia da Faculdade de
Ciências Humanas da Universidade Federal de
Mato Grosso do Sul.

Orientador: Prof. Dra. Maira Borba

Dedicatória

Dedico, com imensa emoção, primeiramente a mim mesma, por nunca ter desistido de quem sou e daquilo que sonhei ser. Para além de uma responsabilidade comigo mesma, cada palavra escrita, cada linha construída e cada vírgula inserida representam uma superação silenciosa. Foram noites e noites de esforço, escolhas difíceis, renúncias e circunstâncias que somente eu, em meu íntimo, conheço verdadeiramente.

Dedico também aos meus pais, pessoas humildes que, por meio de sua força, dignidade e perseverança, sempre me inspiraram a buscar o melhor e a não desistir dos meus objetivos. Tornaram-me forte porque foram, antes de tudo, exemplos da própria força.

Dedico ainda a cada descrença, a cada “não”, a cada porta fechada e a cada tentativa falha, pois todas elas, de alguma forma, participaram desta construção. Cada obstáculo tornou-se aprendizado, e cada dificuldade contribuiu para a pessoa que me tornei.

Que este trabalho seja também um lembrete de que tudo é possível! Que a palavra reverbere, que a Filosofia jamais pereça, que o saber continue sendo exaltado e que a busca pelo conhecimento permaneça como caminho para aqueles que desejam compreender o mundo e a si mesmos. E, acima de tudo, que a humanidade redescubra o amor uns pelos outros.

“Deus não me fez apenas criatura; fez-me criadora e alquimista de minhas próprias transformações.”

Agradecimentos

Deixo aqui minha mais sincera gratidão à filosofia, e aos conhecimentos adquiridos ao longo dessa trajetória acadêmica.

Agradeço especialmente à Profa. Dra. Máira Borba, minha orientadora, cuja dedicação, conhecimento e inspiração foram fundamentais para a realização deste trabalho. Aos demais mestres que tive a honra de acompanhar, expresso meu profundo respeito e admiração, pois cada um contribuiu, à sua maneira, para minha formação acadêmica e humana.

Aos meus pais, novamente; agradeço por terem sido base na construção da pessoa que sou hoje, oferecendo apoio, força e incentivo nos momentos mais difíceis. Aos amigos que estiveram presentes durante essa caminhada, deixo também minha gratidão pelo companheirismo e apoio ao longo dessa trajetória.

Por fim, agradeço à própria busca pelo conhecimento, que tornou possível não apenas a conclusão deste trabalho, mas também minha transformação ao longo desse percurso.

Obrigada. Obrigada.

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar a crítica de René Descartes à evidência sensível como fundamento para obtenção de conhecimento, destacando sua importância para a constituição do racionalismo moderno. Inserido no contexto da filosofia moderna, o pensamento cartesiano busca estabelecer um critério seguro e indubitável para o saber, em oposição à confiança nos sentidos, considerados fontes potenciais de erro. Para tanto, o filósofo desenvolve o método da dúvida hiperbólica, no qual coloca todas as crenças sob suspeita, especialmente aquela oriunda da experiência sensível. A partir desse procedimento, Descartes identifica no pensamento a primeira verdade indubitável, expressa no princípio do *cogito, ergo sum*, estabelecendo a razão como fundamento do conhecimento. A pesquisa, de caráter bibliográfico, fundamenta-se na análise de obras centrais do autor, como o *Discurso do Método* e as *Meditações Metafísicas*, bem como em comentadores relevantes. Portanto, o objeto torna-se expor e compreender de que maneira a crítica à evidência sensível contribui para a valorização da razão e para a consolidação de um novo paradigma epistemológico na modernidade. Concluindo que o projeto cartesiano inaugura uma nova forma de pensar o conhecimento, ao deslocar o seu fundamento da experiência para a racionalidade.

Palavras-chave: Racionalismo; Evidência Sensível; Dúvida Metódica; Conhecimento; Modernidade.

Abstract

This study aims to analyze the critique of René Descartes regarding sensory evidence as a foundation for the acquisition of knowledge, highlighting its importance for the constitution of modern rationalism. Situated within the context of modern philosophy, Cartesian thought seeks to establish a secure and indubitable criterion for knowledge, in opposition to reliance on the senses, which are considered potential sources of error. To this end, the philosopher develops the method of hyperbolic doubt, through which all beliefs are called into question, especially those derived from sensory experience. From this procedure, Descartes identifies in thought the first indubitable truth, expressed in the principle of the *cogito, ergo sum*, establishing reason as the foundation of knowledge. This research, of a bibliographic nature, is based on the analysis of the author's central works, such as the *Discourse on the Method* and the *Meditations on First Philosophy*, as well as relevant commentators. Therefore, the objective is to present and understand how the critique of sensory evidence contributes to the valorization of reason and to the consolidation of a new epistemological paradigm in modernity. It is concluded that the Cartesian project inaugurates a new way of thinking about knowledge by shifting its foundation from experience to rationality.

Keywords: rationalism; sensory evidence; methodic doubt; knowledge; modernity.

Sumário

Introdução	8
Capítulo I	10
O contexto histórico da filosofia moderna e a constituição do método cartesiano	10
1.1 A ruptura com a tradição escolástica e o surgimento da ciência moderna	10
1.2 O método cartesiano	13
Capítulo II	15
A dúvida metódica e a crítica à evidência sensível	15
2.1 A radicalização da dúvida metódica	16
2.2 A falibilidade dos sentidos e o problema do erro	20
Capítulo III	22
O cogito e a fundamentação racional do conhecimento	22
3.1 O cogito como princípio indubitável do conhecimento	23
3.2 A reconstrução do conhecimento	25
Considerações finais	28
Referências bibliográficas	30

Introdução

A transição da filosofia medieval para a filosofia moderna foi marcada por uma profunda reconfiguração dos fundamentos do conhecimento, principalmente impulsionada pela crise das autoridades tradicionais e pelo surgimento da ciência moderna. Nesse contexto, a busca por um critério seguro e indubitável tornou-se uma das principais preocupações dos pensadores desse período, é nesse cenário que se introduz o pensamento cartesiano. Nascido em 31 de março de 1596 no cerne de uma França impactada pela crise da escolástica medieval, René Descartes destacou-se em múltiplas áreas do conhecimento, sendo filósofo, matemático e também atuando no campo da física. Na matemática, contribuiu decisivamente com a criação da geometria analítica, enquanto na física buscou explicar os fenômenos naturais por meio de leis racionais, evidenciando sua proporção e impacto no pensamento moderno, e cuja obra inaugura um novo paradigma epistemológico ao propor a razão como fundamento último do conhecimento, em oposição à confiança nos sentidos como fonte de conhecimento seguro .

Considerado um dos principais fundadores do racionalismo moderno, Descartes desenvolveu um projeto filosófico orientado pela necessidade de estabelecer bases absolutamente seguras para o saber. Tal método, exposto sobretudo em obras como o *Discurso do Método* (1637) e as *Meditações Metafísicas* (1641), tem como objetivo conduzir o pensamento à certeza por meio da eliminação sistemática de todas as crenças passíveis de dúvida.

No centro desse projeto encontra-se a crítica à evidência sensível como fundamento do conhecimento. Para Descartes, os sentidos, embora desempenhem um papel importante na vida prática, não oferecem garantias de um conhecimento seguro, uma vez que frequentemente nos conduzem ao erro. A constatação, não exclusivamente cartesiana, de que os sentidos podem enganar — seja por ilusões perceptivas, seja pela impossibilidade de distinguir com certeza absoluta — leva o filósofo a instaurar a dúvida hiperbólica como princípio fundamental de investigação. Trata-se de um exercício radical de suspensão do juízo, no qual todas as crenças são colocadas sob suspeita até que se encontre algo que resista a qualquer possibilidade de dúvida.

A radicalidade desse procedimento não tem caráter cético no sentido tradicional, mas sim metodológico, uma vez que visa alcançar uma verdade absolutamente indubitável que

sirva de fundamento para todo o edifício do conhecimento. A partir deste contexto emerge o célebre princípio do *cogito ergo sum*, no qual Descartes identifica na própria atividade do pensamento a primeira verdade indubitável e independente da experiência sensível. A partir dessa descoberta, estabelece-se uma hierarquia epistemológica na qual a razão ocupa uma posição privilegiada em relação aos sentidos, sendo concebida como a instância capaz de garantir a verdade e a evidência.

O problema da confiabilidade dos sentidos, longe de se restringir ao contexto da filosofia moderna, pois, também é exposto pelo ceticismo antigo; mantém-se relevante no âmbito das discussões contemporâneas acerca da natureza do conhecimento e da relação entre sujeito e realidade. Nesse sentido, a investigação cartesiana oferece não apenas uma reflexão histórica, mas também um instrumento conceitual capaz de iluminar questões atuais relativas à formação de crenças, à possibilidade do erro e aos critérios de validação do conhecimento. Ademais, ao problematizar a evidência sensível, Descartes inaugura um debate que será posteriormente desenvolvido por correntes filosóficas distintas, como o empirismo e o criticismo, evidenciando a centralidade de sua contribuição para o pensamento ocidental.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar a crítica de Descartes à evidência sensível como fundamento do conhecimento, buscando compreender os argumentos que sustentam a primazia da razão no interior de seu sistema filosófico. Para tanto, pretende-se examinar, em primeiro lugar, o contexto histórico e intelectual em que se insere a filosofia cartesiana, destacando as motivações que conduzem à formulação de seu método. Em seguida, será abordado o procedimento da dúvida metódica e sua função na desconstrução das certezas provenientes da experiência sensível. Por fim, será analisada a reconstrução do conhecimento a partir do *cogito* e a consequente valorização da razão como critério de verdade.

A metodologia adotada consiste na análise bibliográfica de textos clássicos de Descartes, sobretudo o *Discurso do Método* (1637) e as *Meditações Metafísicas* (1641), bem como de comentadores que se dedicam à interpretação de sua obra. Expondo assim uma investigação de caráter teórico, fundamentada na leitura, interpretação e problematização de conceitos centrais da epistemologia cartesiana.

O trabalho está estruturado em três capítulos; no primeiro, será apresentado o contexto histórico-filosófico da modernidade e os fundamentos do projeto cartesiano. No segundo, será desenvolvida a análise da dúvida metódica e da crítica à evidência sensível, inserindo

referências teóricas de estudiosos que corroborem com o assunto abordado. No terceiro, será examinada a reconstrução do conhecimento a partir da razão, com ênfase no papel do cogito como princípio indubitável.

Capítulo I

O contexto histórico da filosofia moderna e a constituição do método cartesiano

A compreensão da filosofia cartesiana exige a consideração do contexto histórico e intelectual em que ela se desenvolveu. As transformações que marcaram a passagem para a modernidade contribuíram para a reformulação de problemas filosóficos fundamentais e favoreceram o surgimento de novas perspectivas acerca do conhecimento e de seus fundamentos.

Nesse cenário, a elaboração do método cartesiano encontra-se diretamente relacionada às mudanças que afetaram o modo de pensar e investigar a realidade. A proposta desenvolvida por Descartes não surge de forma isolada, mas insere-se em ambiente marcado por questionamentos às formas tradicionais de saber e pela busca de novos critérios para a investigação filosófica.

Diante disso, este capítulo tem por objetivo apresentar alguns aspectos do contexto histórico-filosófico da modernidade e examinar os elementos centrais do método cartesiano. Para tanto, serão analisadas as transformações que acompanharam o declínio da tradição escolástica e o surgimento da ciência moderna, bem como os princípios metodológicos que orientam o projeto filosófico cartesiano.

1.1 A ruptura com a tradição escolástica e o surgimento da ciência moderna

A tradição escolástica, fortemente influenciada por Aristóteles e pela teologia cristã, ancorava o conhecimento na autoridade dos textos clássicos e na tentativa de conciliar fé e razão. Contudo, esse modelo passou a ser questionado diante de mudanças culturais, científicas e epistemológicas que exigiam novas formas de compreender a realidade. Neste cenário, o surgimento da filosofia moderna instaurou uma profunda transformação nos fundamentos do pensamento ocidental, caracterizada pela crise das estruturas teóricas que sustentavam o conhecimento medieval.

Nesse contexto, a emergência de uma postura crítica em relação às autoridades tradicionais abriu espaço para a busca de um conhecimento que não fosse apoiado em

pressupostos herdados, mas sim, em fundamentos seguros . É nesse cenário que se insere o pensamento de René Descartes.

Descartes rejeita a aceitação passiva das verdades transmitidas pela tradição e propõe um retorno ao sujeito pensante como ponto de partida do conhecimento. Tal movimento implica uma ruptura direta com a confiança na autoridade externa e inaugura uma filosofia centrada na autonomia da razão.

Dessa forma, a ruptura com a escolástica não se limita a uma rejeição do pensamento tradicional, mas representa uma transformação metodológica profunda, na qual o conhecimento passa a ser reconstruído a partir de princípios racionais, estabelecidos pelo próprio sujeito. Esse deslocamento marca o início de uma nova configuração epistemológica, na qual a razão assume papel central na investigação filosófica.

Paralelamente à crise da escolástica, o surgimento da ciência moderna desempenhou um papel fundamental na redefinição dos critérios de verdade e conhecimento, o desenvolvimento de novas práticas científicas, baseadas na observação, experimentação e estruturação matemática da natureza, contribuiu para o enfraquecimento das explicações tradicionais e para a consolidação de um novo modelo de busca pelo conhecimento.

Pensadores como Galileu Galilei e Isaac Newton demonstraram que os fenômenos naturais poderiam ser explicados por meio de leis matemáticas universais, independentes de interpretações teológicas, ideias que contribuíram para que Galileu fosse julgado pelo tribunal da inquisição¹. Nesse contexto, Descartes, em sua obra *Tratado da luz*², também propôs uma explicação mecanicista da natureza, reforçando a ideia de que o conhecimento verdadeiro deveria fundamentar-se em princípios racionais e matemáticos – tal obra, contudo, foi suprimida pelo próprio autor em razão dos acontecimentos envolvendo Galileu. Esse novo paradigma científico exigia um método capaz de garantir a certeza e a objetividade do conhecimento, influenciando diretamente o projeto filosófico cartesiano.

Aliado a isso, o ressurgimento do ceticismo no Século XVI, também é visto como elemento desencadeador dos temas que guiarão a filosofia de Descartes. De acordo com Popkin em seu clássico *História do Ceticismo* (2000), haveria na época de Descartes uma

¹ Em 1633, Galileu Galilei foi condenado pela Inquisição por defender o modelo heliocêntrico, sendo obrigado a abjurar suas ideias e permanecendo sob prisão domiciliar até o fim de sua vida.

² No *Tratado da Luz*, René Descartes propõe uma explicação mecanicista da natureza, na qual os fenômenos físicos, como a propagação da luz, são compreendidos a partir de princípios racionais e leis matemáticas, afastando-se das explicações qualitativas da tradição escolástica (VASCONCELLOS, 2009)

crise pirrônica que trouxe à tona os argumentos céticos e gerou esforços para combatê-los. Nesse contexto, em torno de 1628-29, Descartes teria, segundo o autor, passado por uma espécie de “despertar cético”.

Se a fuga de Descartes para a teologia metafísica viria a ser sua proposta de solução para o colapso do conhecimento humano devido à probabilidade, às opiniões, e às dúvidas, o meio para se levar as pessoas a perceberem a verdadeira natureza metafísica e religiosa da realidade consistia primeiro em fazê-las perceber “a miséria do homem sem Deus”. (Popkin, 2000: 278)

Assim, Descartes, profundamente impactado por essas transformações, buscou elaborar um método que pudesse conferir à filosofia o mesmo grau de rigor e precisão encontrado na matemática, enfatizando a necessidade de estabelecer princípios sólidos e buscar um critério rigoroso para a validação do conhecimento.

Partindo desse pensamento, sua proposta não se limita à construção de um sistema filosófico, mas visa estabelecer uma ciência universal fundamentada em princípios claros e distintos. A partir dessa necessidade de fundamentar o conhecimento, Descartes encontra nas matemáticas um meio de conhecimento seguro, uma vez que suas verdades são evidentes e não dependem da experiência sensível. Nesse sentido, Descartes entende que a construção de um conhecimento seguro exige uma ruptura com opiniões recebidas sem exame rigoroso, razão pela qual afirma que “como um homem que caminha sozinho e nas trevas, resolvi avançar tão lentamente e usar de tanta circunspecção em todas as coisas, que, mesmo se avançasse pouco, ao menos me guardaria bem de cair” (Descartes, 1972, p. 20), evidenciando a prudência metodológica que orienta sua busca pela certeza, exigindo ainda “evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção, e não incluir em meus juízos nada além daquilo que se apresentasse tão clara e distintamente ao meu espírito” (Descartes, 1972, p. 21). Tal exigência se justifica pela desconfiança em relação aos sentidos, uma vez que “nossos sentidos com frequência nos enganam” (Descartes, 1972, p. 43).

Essa valorização da racionalidade reforça a crítica à evidência sensível, uma vez que os sentidos, por sua natureza instável e suscetível ao erro, não podem servir como fundamento seguro para o conhecimento científico; logo, a crítica cartesiana não surge isoladamente, mas responde a uma crise mais ampla dos critérios tradicionais de verdade. A insuficiência da autoridade e a instabilidade intelectual dos séculos XVI e XVII exigiam a formulação de novos fundamentos para o conhecimento. Assim, o surgimento da ciência moderna não

apenas contribui para o declínio da escolástica, mas também fornece o horizonte a partir do qual Descartes elabora seu projeto de fundamentação do saber.

1.2 O método cartesiano

Nesse cenário, Descartes propõe um método rigoroso, inspirado na clareza e na precisão da matemática. A preferência do filósofo pelo modelo matemático decorre do fato de que seus objetos são apreendidos pelo intelecto e não pelos sentidos. Números, figuras e relações geométricas não dependem das variações da experiência sensível, razão pela qual oferecem um tipo de certeza que não se altera conforme as circunstâncias da percepção. Assim, as verdades matemáticas revelam a Descartes que a razão pode alcançar conhecimentos mais seguros quando opera por si mesma, sem se apoiar na evidência instável dos sentidos.

Entretanto, o método não se reduz a um simples conjunto de regras formais. Seu ponto de partida encontra-se na constatação, feita no início do *Discurso do Método* (1972), de que todos os homens possuem igualmente a faculdade da razão, mas nem por isso chegam às mesmas conclusões ou alcançam os mesmos conhecimentos. Para o filósofo, essa divergência não decorre, portanto, de uma desigualdade na posse da razão, mas das diferentes maneiras pelas quais ela é conduzida.

Assim, o método cartesiano apresenta-se como um instrumento destinado a orientar corretamente o exercício da razão. Sua função consiste em disciplinar o pensamento evitando precipitação e os julgamentos formulados sem exame suficiente. Para Descartes, alcançar a verdade não depende da posse de uma razão superior, mas da adoção de procedimentos que permitam conduzi-la de maneira ordenada e rigorosa. É nesse contexto que se inserem as regras do método, concebidas como diretrizes capazes de orientar o juízo na busca por conhecimentos seguros.

Entre os princípios fundamentais do método cartesiano, destaca-se a exigência de evidência, segundo a qual apenas devem ser aceitas como verdadeiras aquelas ideias que se apresentam de forma clara e distinta ao espírito. Além desse princípio, Descartes estabelece outras regras fundamentais para orientar o pensamento e assegurar maior rigor na investigação filosófica:

- **Análise:** consiste em dividir os problemas em partes menores e mais simples, permitindo a decomposição de questões complexas em elementos mais acessíveis ao entendimento;
- **Síntese:** corresponde ao processo de reconstrução do conhecimento, partindo dos elementos mais simples para alcançar gradualmente os mais complexos, estabelecendo uma ordem racional no desenvolvimento das ideias;
- **Enumeração:** refere-se à revisão cuidadosa de todas as etapas do raciocínio, com o objetivo de evitar omissões e garantir a completude e a segurança da investigação.

Nesse sentido, como observa Barry Stroud, Descartes recorre a um conhecimento que ultrapassa a mera sensibilidade, pois “ele não mais pensa na possibilidade do conhecimento do mundo estar restrito somente ao que é disponível pelos sentidos” (Stroud, 2016, p. 7), de modo que o método racional aparece como fundamento seguro para a obtenção da verdade.

Para que esse método possa ser aplicado de maneira eficaz, torna-se necessário eliminar todas as crenças que não estejam apoiadas em fundamentos plenamente seguros; nesse contexto, a dúvida cartesiana assume uma função metodológica, pois visa eliminar o que é incerto para alcançar aquilo que resiste à dúvida.

Contudo, antes de dar início ao processo de remoção das crenças, surge a necessidade de uma moral provisória, formulada por Descartes como um conjunto temporário de princípios destinados a orientar a ação humana durante o percurso de investigação filosófica. O filósofo reconhece a impossibilidade de interromper a vida prática, tornando necessário estabelecer regras que permitissem ao indivíduo conduzir suas ações de modo prudente durante a busca por um conhecimento claro e distinto, como afirma Descartes: “Enquanto queria assim reformar meus pensamentos, resolvi formar para mim uma moral provisória, que consistia apenas em três ou quatro máximas” (Descartes, 1972, p. 33).

A primeira máxima recomenda a observância moderada das leis e costumes; a segunda enfatiza a necessidade de firmeza nas ações; e a terceira estabelece o domínio de si em detrimento das circunstâncias externas. Por meio dessas máximas, Descartes demonstra que a dúvida filosófica não implica a paralisação da vida prática, mas exige que a razão assuma também o papel de guia da ação humana.

Assim, o método cartesiano constitui a condição de possibilidade do projeto de fundamentação do conhecimento desenvolvido por Descartes. Ao estabelecer regras

destinadas a orientar o uso da razão e a evitar os erros decorrentes da precipitação e do preconceito, o filósofo busca criar um caminho seguro para a investigação da verdade. Contudo, a simples formulação dessas regras não é suficiente para garantir a certeza pretendida. Antes de reconstruir o edifício do conhecimento sobre bases sólidas, torna-se necessário submeter à crítica todas as crenças até então admitidas como verdadeiras.

É precisamente nesse contexto que a dúvida metódica adquire papel central na filosofia cartesiana. Ao questionar a confiabilidade das informações fornecidas pelos sentidos e examinar a possibilidade de erro presente nas crenças mais comuns, Descartes inaugura um procedimento de investigação que visa distinguir aquilo que pode ser legitimamente conhecido daquilo que deve ser rejeitado como incerto. A análise desse processo permitirá compreender de que modo a crítica à evidência sensível se torna um momento decisivo na busca cartesiana por um fundamento absolutamente seguro para o conhecimento.

Capítulo II

A dúvida metódica e a crítica à evidência sensível

Se o objetivo de Descartes é encontrar um fundamento absolutamente seguro para o conhecimento, torna-se necessário examinar criticamente todas as crenças admitidas até então como verdadeiras. Esse exame conduz à formulação da dúvida metódica, procedimento pelo qual o filósofo suspende provisoriamente o assentimento a tudo aquilo que possa conter o menor motivo de incerteza.

A adoção desse procedimento não decorre de uma atitude cética voltada à impossibilidade do conhecimento, mas da exigência de encontrar uma verdade que resista a qualquer contestação. Para tanto, Descartes dirige sua investigação às fontes habituais de nossas crenças, submetendo-as a um teste rigoroso. Entre elas, destacam-se os sentidos, frequentemente tomados como meio privilegiado de acesso à realidade, mas cuja confiabilidade passa a ser questionada no interior da investigação filosófica.

Ao longo desse processo, a dúvida é progressivamente ampliada, alcançando não apenas os dados da percepção sensível, mas também crenças que parecem inicialmente incontestáveis. A análise desse movimento permite compreender por que a evidência fornecida pelos sentidos não pode servir como fundamento último do conhecimento e de que maneira a busca pela certeza conduz Descartes à procura de um princípio inteiramente independente da experiência sensível.

Diante disso, este capítulo examina os principais momentos da dúvida metódica e os argumentos mobilizados por Descartes para justificar a suspensão provisória das crenças fundadas nos sentidos. Busca-se, assim, compreender como a crítica à evidência sensível prepara o caminho para a descoberta de uma verdade indubitável e para a posterior reconstrução do conhecimento.

2.1 A radicalização da dúvida metódica

O projeto filosófico de Descartes encontra, na dúvida metódica, um de seus momentos mais decisivos. Trata-se de um procedimento metodológico orientado à descoberta de um

fundamento absolutamente seguro para o conhecimento. Como observa Ana Cláudia Teodoro Sousa, o núcleo do pensamento cartesiano consiste na “procura incansável pela certeza”, visando à constituição de uma ciência certa e universal (Sousa, 2023, p. 546).

A dúvida cartesiana apresenta-se, assim, como um instrumento crítico destinado a eliminar crenças frágeis e verificar se permanece alguma verdade capaz de resistir ao questionamento mais rigoroso. Nesse sentido, Descartes afirma ser necessário “repelir como inteiramente falso tudo aquilo em que pudesse supor a mais ínfima dúvida, e isso para verificar se restaria, depois, algo em minha crença que fosse completamente fora de dúvida” (Descartes, 1972, p. 43).

Uma vez estabelecida a dúvida como procedimento metodológico, Descartes amplia progressivamente o alcance de sua investigação, submetendo ao exame não apenas opiniões particulares, mas também os próprios fundamentos sobre os quais elas se sustentam. A extensão do exercício da dúvida aproxima, em certa medida, a investigação cartesiana da tradição cética antiga, especialmente dos modos de Enesidemo, que evidenciavam a variabilidade das aparências e conduziam à suspensão do juízo (*epoché*). Contudo, Descartes afasta-se do pirronismo ao atribuir à dúvida uma função essencialmente metodológica e provisória: em vez de representar um ponto de chegada, a suspensão do assentimento converte-se em um instrumento destinado à descoberta de uma verdade capaz de resistir à possibilidade universal do engano. É nesse contexto que emerge a dúvida hiperbólica, caracterizada pela radicalização do exercício crítico e pela suspensão provisória do assentimento diante de qualquer possibilidade de erro. Como afirma o filósofo, “era preciso, portanto, que, uma vez na vida, fossem postas abaixo todas as coisas, todas as opiniões em que até então confiara, começando dos primeiros fundamentos, se desejasse estabelecer em algum momento algo firme e permanente nas ciências” (Descartes, 2004, p. 21).

Ao radicalizar o exercício da dúvida, Descartes submete ao exame todas as crenças anteriormente admitidas como verdadeiras, suspendendo o assentimento sempre que houver qualquer motivo para suspeita. Nas *Meditações sobre Filosofia Primeira*, afirma que “basta que encontre, em cada uma, alguma razão de duvidar para que as rejeite todas” (Descartes, 2004, p. 23). A radicalidade desse procedimento demonstra que sua preocupação não se restringe à correção de erros particulares, mas envolve a investigação crítica dos próprios fundamentos do conhecimento e da realidade.

Entre os argumentos empregados para demonstrar a fragilidade dos sentidos, destaca-se o argumento do sonho. Se durante o sono experimentamos percepções aparentemente tão vívidas quanto aquelas da vigília, torna-se difícil estabelecer um critério absolutamente seguro que permita distinguir ambas as situações. Como afirma Descartes: “a vigília nunca pode ser distinguida do sono por indícios certos” (Descartes, 2004, p. 25). Dessa hipótese decorre uma consequência decisiva: se posso estar sonhando neste exato momento, minhas percepções presentes não podem constituir fundamento infalível para o conhecimento do mundo exterior.

A dúvida atinge seu ponto mais extremo quando o filósofo amplia o questionamento para além das percepções sensíveis e passa a colocar sob suspeita até mesmo aquilo que parece evidente ao intelecto. Surge, então, a hipótese do Deus enganador, concebido como um ser extremamente poderoso e astuto, capaz de empregar todas as suas forças para enganar constantemente o sujeito pensante. Por meio dessa hipótese, Descartes radicaliza o exercício da dúvida, uma vez que não apenas as informações provenientes dos sentidos podem ser falsas, mas também os raciocínios aparentemente mais simples e as verdades matemáticas, tradicionalmente consideradas indubitáveis.

O Deus enganador representa, portanto, a possibilidade de um engano universal e sistemático, levando o filósofo a suspender provisoriamente o assentimento a todas as crenças que admitam a menor possibilidade de erro. Contudo, essa dúvida não possui um caráter definitivo ou destrutivo; trata-se de um procedimento metodológico destinado a eliminar conhecimentos incertos e a encontrar uma verdade absolutamente segura que possa servir de fundamento para a ciência. Nesse sentido, Descartes reafirma sua postura metodológica ao declarar que “tomarei cuidado para não receber em minha crença nenhuma falsidade” (Descartes, 2004, p. 33).

A radicalização da dúvida conduz diretamente ao questionamento das informações fornecidas pelos sentidos. Como estes já haviam se mostrado suscetíveis ao erro, Descartes considera insuficiente fundamentar o conhecimento apenas na experiência sensível. Levando esse procedimento ao extremo, afirmando:

Suponho, portanto, falsas todas as coisas que vejo: creio que nunca existiu nada do que a memória mendaz representa; não tenho nenhum dos sentidos todos; corpo, figura, extensão, movimento e lugar são quimeras. Que será, então, verdadeiro? Talvez isto somente: nada é certo. (DESCARTES, 2004, p. 43).

Diante dessa suspensão radical do juízo aprofundada na segunda meditação, a investigação filosófica volta-se para aquilo que pode ser apreendido pelo próprio pensamento, buscando um princípio que resista a qualquer possibilidade de engano. Na Terceira Meditação, a análise das ideias desempenha papel central nesse processo, pois permite distinguir aquilo que se apresenta ao espírito de maneira clara e distinta. Assim, a certeza não se origina da percepção sensível, mas da atividade do entendimento, responsável por examinar criticamente as ideias e estabelecer os fundamentos do conhecimento verdadeiro.

A crítica cartesiana não implica, contudo, a completa inutilidade dos sentidos, mas evidencia suas limitações epistemológicas. Ao discutir as ideias de calor e frio, Descartes observa que elas são “tão pouco claras e distintas” que não permitem determinar com segurança sua verdadeira natureza (DESCARTES, 2004, p. 87). Isso demonstra que a experiência sensível pode orientar a vida prática, mas não oferece as garantias necessárias para a constituição de um conhecimento científico rigoroso.

Além disso, Descartes rompe com a concepção segundo a qual a percepção reproduziria fielmente os objetos exteriores. Conforme observa Landim Filho (2019, p. 21), as ideias sensíveis “não têm necessidade de ser semelhantes” aos objetos percebidos. As sensações funcionam como signos produzidos pelos corpos externos, e não como cópias exatas da realidade. Por essa razão, o conteúdo sensível apresenta-se frequentemente de maneira obscura e confusa, exigindo a intervenção do entendimento para adquirir valor cognitivo.

Essa posição torna-se particularmente evidente no exemplo da cera, desenvolvido na Segunda Meditação. Ao observar que propriedades como cor, cheiro, textura e som podem modificar-se sem que a substância deixe de ser a mesma, Descartes afirma que “nada, por certo, do que eu atingia pelos sentidos, pois tudo o que caía sob o gosto ou o olfato ou a vista ou o tato ou o ouvido já se modificou: e a cera remanesce” (Descartes, 2004, p. 55). A permanência da cera, apesar das alterações percebidas pelos sentidos, demonstra que sua identidade não é apreendida pela experiência sensível. Por essa razão, o filósofo conclui que “os próprios corpos são percebidos não propriamente pelos sentidos ou pela faculdade de imaginar, mas pelo intelecto somente” (Descartes, 2004, p. 63).

A primazia do entendimento sobre a sensibilidade decorre do fato de que apenas a inspeção intelectual é capaz de apreender aquilo que permanece constante nos objetos para

além de suas qualidades mutáveis. Ao sofrer sucessivas transformações diante do calor, a cera deixa de apresentar quase todas as características pelas quais era inicialmente percebida. No entanto, ela continua sendo concebida como a mesma coisa, revelando que sua essência é captada pela inspeção do espírito e não pela experiência sensível.

Enquanto os sentidos oferecem uma percepção variável e sujeita ao erro, o intelecto apreende a realidade de maneira clara e distinta, tornando possível a constituição de um conhecimento seguro. Nesse contexto, propriedades como extensão, figura e movimento apresentam-se como mais adequadas ao conhecimento racional do que qualidades secundárias, como cores, sons, sabores e odores, que dependem da forma como os objetos afetam os sentidos. Desse modo, a crítica à evidência sensível não conduz à negação da experiência, mas à subordinação da sensibilidade ao entendimento. Enquanto os sentidos oferecem percepções mutáveis e enganosas, é o intelecto que torna possível a apreensão das essências e a constituição de um conhecimento verdadeiro.

2.2 A falibilidade dos sentidos e o problema do erro

A crítica cartesiana à evidência sensível não decorre simplesmente da constatação de que os sentidos podem ocasionalmente produzir percepções equivocadas, mas também da necessidade de encontrar um fundamento seguro para o conhecimento. Embora a dúvida cartesiana ultrapasse a mera falibilidade dos sentidos e alcance questões mais amplas relativas aos próprios fundamentos do saber, a análise de suas limitações ocupa papel decisivo na constituição do racionalismo moderno.

A experiência sensível caracteriza-se por sua natureza instável e variável. Aquilo que é percebido pelos sentidos frequentemente depende das condições em que a percepção ocorre, podendo modificar-se conforme a posição do observador, a distância, as circunstâncias corporais ou mesmo as disposições subjetivas do indivíduo. Por essa razão, a experiência sensível apresenta-se marcada pela particularidade, não oferecendo critérios capazes de assegurar necessidade ou universalidade ao conhecimento. Como observa Landim Filho, “[...] sentir é pensar, mas não significa entender” (Landim Filho, 2019, p. 12). Isso significa que a sensação, embora constitua uma forma de pensamento, não equivale ao conhecimento

propriamente dito, uma vez que conhecer exige a atividade do intelecto e a elaboração racional dos conteúdos percebidos.

A insuficiência dos sentidos torna-se ainda mais evidente quando considerada a exigência cartesiana de um conhecimento absolutamente seguro. Se aquilo que é percebido sensivelmente pode variar ou apresentar-se de formas distintas em diferentes circunstâncias, então não pode servir como fundamento último da ciência. Nesse sentido, Barry Stroud observa que “[...] nunca uma experiência sensorial ou conjunto de experiências sensoriais sozinhas poderiam ser suficientes” (Stroud, 2016, p. 4) para justificar o conhecimento. A percepção sensível revela-se incapaz de validar a si própria, pois qualquer tentativa de confirmação dependeria novamente de outras percepções igualmente sujeitas à dúvida.

A investigação acerca da fragilidade das percepções sensíveis conduz, contudo, a uma questão ainda mais profunda: compreender como o erro e a ilusão tornam-se possíveis no interior do próprio processo do conhecimento. O problema não se limita à constatação de que determinadas percepções podem apresentar-se de maneira inadequada em situações particulares, mas consiste em investigar por que o sujeito atribui verdade a conteúdos que posteriormente se revelam falsos. A questão central desloca-se, portanto, da percepção isolada para o ato de julgar, uma vez que a dificuldade filosófica não reside apenas em perceber algo, mas em determinar se aquilo percebido corresponde efetivamente à realidade.

Na Quarta Meditação, Descartes procura explicar a origem do erro, sustentando que ele não decorre de uma imperfeição das faculdades concedidas por Deus ao homem. Nesse sentido, o filósofo afirma que “[...] o erro ocorre do fato de que essa faculdade de julgar o verdadeiro, que dele recebi para discernir o verdadeiro do falso, não é em mim infinita.” (Descartes, 2004, p. 113). Ao discutir a origem do erro, Descartes sustenta que o juízo somente é seguro quando a vontade se limita ao que é percebido clara e distintamente pelo intelecto. Assim, afirma que “[...] pois se toda vez que julgar eu contiver minha vontade dentro dos limites do meu conhecimento, de modo que ela só se estenda às coisas que o intelecto mostre clara e distintamente, é de todo impossível que eu venha a errar.” (Descartes, 2004, p. 129).

Essa formulação permite compreender que o engano não decorre das percepções sensíveis em si mesmas, mas do exercício inadequado do juízo, quando a vontade ultrapassa

os limites daquilo que o entendimento apreende com clareza e distinção. O erro surge, portanto, do descompasso entre a limitação do entendimento humano e a amplitude da vontade. Como o entendimento não apreende todas as coisas com clareza e distinção, o sujeito pode ser levado a emitir juízos sobre aquilo que ainda não compreende adequadamente, concedendo assentimento a ideias obscuras ou insuficientemente examinadas.

Tal compreensão aproxima-se da constatação apresentada por Sousa (2023), segundo a qual a filosofia cartesiana reconhece explicitamente os limites do entendimento humano, sendo este “circunscrito invariavelmente pelos limites da razão humana” (Sousa, 2023, p. 546). Nesse sentido, a possibilidade do erro não representa uma contradição do racionalismo cartesiano, mas evidencia a necessidade de restringir o assentimento àquilo que pode ser apreendido de maneira suficientemente clara pelo intelecto.

A problemática do engano reside no fato de que aquilo que se revela falso pode, inicialmente, apresentar-se ao sujeito com aparência de verdade. Em diversas situações, as percepções não se mostram imediatamente como enganosas; ao contrário, manifestam-se ao espírito revestidas de evidência, levando o indivíduo a admitir como verdadeiro aquilo que ainda não foi suficientemente examinado. A dificuldade filosófica não consiste apenas na ocorrência de percepções equivocadas, mas na ausência de critérios imediatos capazes de distinguir, no próprio momento da experiência, aquilo que corresponde à realidade daquilo que resulta de interpretações inadequadas ou juízos precipitados.

A problemática do erro torna-se ainda mais complexa quando considerada à luz da hipótese universal do engano desenvolvida ao longo da dúvida metódica. Nesse contexto, Descartes não questiona apenas a correção de determinados juízos particulares, mas a própria possibilidade de que todas as crenças até então admitidas sejam falsas. A hipótese de um poder capaz de induzir constantemente o sujeito ao erro radicaliza a investigação filosófica ao colocar em dúvida não apenas as informações provenientes dos sentidos, mas também conteúdos tradicionalmente considerados evidentes pela razão.

A análise cartesiana do erro evidencia que a dificuldade não reside apenas nas percepções sensíveis, mas no assentimento concedido a conteúdos que não foram suficientemente examinados. O problema central passa, assim, da sensação ao juízo, pois é no uso inadequado da vontade, e não nos sentidos considerados isoladamente, que se encontra a possibilidade do engano.

Capítulo III

O cogito e a fundamentação racional do conhecimento

A investigação desenvolvida por Descartes ao longo da dúvida metódica não possui caráter meramente negativo. Embora o exame crítico das crenças e a problematização da evidência sensível desempenhem papel fundamental em seu projeto filosófico, tais procedimentos constituem apenas uma etapa de um percurso mais amplo voltado à busca de fundamentos seguros para o conhecimento.

Ao submeter à dúvida tudo aquilo que pudesse conter a mínima possibilidade de erro, a reflexão cartesiana desloca progressivamente o problema filosófico para a questão das condições que tornam possível a certeza. A crítica aos sentidos e a suspensão provisória do assentimento não representam, portanto, um ponto de chegada, mas um movimento preparatório para a reconstrução do conhecimento sobre novas bases.

Nesse contexto, a investigação volta-se para a análise dos elementos capazes de resistir ao exame racional mais rigoroso e de servir como fundamento para a constituição do saber. A partir desse movimento, torna-se possível compreender a passagem da dimensão crítica da filosofia cartesiana para a formulação positiva de seus princípios epistemológicos.

Diante disso, este capítulo examina o papel do *cogito* na constituição da filosofia cartesiana e sua importância para a fundamentação racional do conhecimento. Para tanto, serão analisadas as implicações filosóficas da descoberta da primeira certeza e sua contribuição para a construção de uma epistemologia centrada na atividade racional do sujeito.

3.1 O cogito como princípio indubitável do conhecimento

A radicalização da dúvida metódica conduz Descartes a um ponto extremo no qual todas as crenças anteriormente admitidas tornam-se incertas. Contudo, o próprio exercício da dúvida revela um limite que não pode ser ultrapassado: ainda que o sujeito duvide de tudo, permanece necessariamente a existência daquele que duvida.

É nesse contexto que emerge o *cogito*, concebido como a primeira certeza alcançada após o processo de suspensão das crenças. A descoberta dessa verdade inaugura uma nova etapa da investigação filosófica, pois permite que o pensamento avance da crítica das antigas certezas para a busca de fundamentos seguros para o conhecimento. O *cogito* marca, assim, a passagem entre a desconstrução promovida pela dúvida metódica e a reconstrução racional do saber.

A originalidade dessa formulação reside no fato de que a existência do sujeito não é inferida a partir de outra verdade, mas apreendida simultaneamente ao próprio ato de pensar. O pensamento não funciona como premissa de uma conclusão posterior; ao contrário, pensar e existir manifestam-se de maneira inseparável no interior da consciência. Enquanto o sujeito exerce a atividade de pensar, sua existência torna-se imediatamente evidente. Nesse sentido, Descartes afirma que “[...] o pensamento, e somente ele, não pode ser separado de mim” e que “[...] Eu, eu sou, eu, existo, isto é certo” (Descartes, 2004, p. 49).

A certeza do *cogito* não depende da experiência sensível, da tradição ou de qualquer demonstração exterior. Ela resulta de uma intuição racional imediata e permanece resistente até mesmo à hipótese universal do engano. Por essa razão, o *cogito* não representa apenas uma conclusão obtida ao término da dúvida, mas o fundamento originário da epistemologia cartesiana. Como observa Marcos Alexandre Alves:

A saber, o *cogito* é verdadeiro por ser claro e distinto, o que equivale a dizer que é evidente. Essa evidência é confirmada cada vez que for atualizada pelo pensamento. E que uma evidência atual provoca no sujeito percipiente uma persuasão tão irresistível, que lhe é impossível não crê-la verdadeira. (Alves, 2021, p. 70).

A centralidade do *cogito* decorre ainda do fato de que ele fornece o primeiro exemplo de uma verdade apreendida de maneira clara e distinta. A evidência presente nessa experiência torna-se decisiva para a reflexão cartesiana, pois oferece um critério capaz de orientar a investigação filosófica para além da dúvida. O *cogito* não apenas encerra um momento de incerteza, mas revela um modelo de certeza pelo qual outras verdades poderão ser examinadas.

A importância filosófica dessa descoberta ultrapassa, contudo, a simples constatação da existência do sujeito. A partir dela, Descartes passa a compreender o ser humano primordialmente como realidade pensante. O sujeito não é conhecido inicialmente por suas características corporais ou pelas informações fornecidas pelos sentidos, mas por sua

capacidade de pensar. A certeza da existência emerge da própria consciência, tornando o pensamento o elemento mais imediato e evidente da experiência subjetiva.

Essa centralidade da consciência é destacada por Landim Filho ao afirmar que “o indubitável no sentir não é o que é sentido, mas a consciência do sujeito do seu ato de sentir” (Landim Filho, 2019, p. 2). Embora o autor esteja discutindo especificamente a percepção sensível, sua interpretação evidencia um aspecto fundamental da filosofia cartesiana: a certeza não recai primariamente sobre os objetos percebidos, mas sobre a própria atividade consciente do sujeito.

Nesse contexto, a noção de *res cogitans* assume papel fundamental. Ao investigar aquilo que permanece indubitável após a suspensão das antigas certezas, Descartes identifica o sujeito como uma coisa que pensa. O pensamento não se restringe ao raciocínio lógico, mas engloba todas as operações conscientes pelas quais o sujeito se relaciona consigo mesmo. Duvidar, compreender, afirmar, negar, querer, imaginar e sentir constituem diferentes modos da atividade pensante e revelam aspectos da própria consciência.

A caracterização do sujeito como *res cogitans* permite compreender que o pensamento constitui a essência daquilo que o indivíduo apreende de maneira mais imediata em si mesmo. Quando procura determinar o que é esse “eu” cuja existência se revela indubitável, Descartes conclui que ele não pode ser definido inicialmente por atributos físicos ou por características derivadas da experiência sensível, mas pela própria atividade de pensar. A identidade do sujeito passa, assim, a ser compreendida a partir da consciência de suas operações intelectuais, e não por elementos exteriores ao pensamento.

Essa compreensão da subjetividade inaugura uma transformação decisiva na filosofia moderna. A investigação filosófica deixa de buscar seus fundamentos prioritariamente nas coisas e passa a voltar-se para o sujeito que conhece. A consciência torna-se o ponto de partida da reflexão filosófica e o sujeito pensante converte-se na referência inicial para a análise das demais questões relativas ao conhecimento.

A descoberta do *cogito* redefine, desse modo, o próprio problema filosófico. A questão já não consiste apenas em identificar conteúdos verdadeiros, mas em compreender os critérios que tornam possível reconhecer a verdade com segurança. A razão assume progressivamente papel central nesse processo, tornando-se referência para a legitimação do conhecimento.

A investigação cartesiana conduz, assim, à constituição de uma epistemologia fundamentada na atividade do intelecto. Como observa Sousa (2023), o projeto filosófico cartesiano caracteriza-se pela “procura incansável pela certeza”, orientada à constituição de “uma ciência certa e universal” (Sousa, 2023, p. 546). O *cogito* representa precisamente o momento em que essa busca encontra seu primeiro fundamento absolutamente seguro, permitindo que o pensamento avance da dúvida à reconstrução racional do conhecimento.

3.2 A reconstrução do conhecimento

A partir do *cogito*, Descartes não abandona a investigação inaugurada pela dúvida, mas procura determinar de que modo essa certeza inicial pode orientar a constituição de um saber legítimo. É nesse sentido que a razão se afirma como instância normativa: ela não apenas pensa, mas julga, ordena e valida aquilo que se apresenta ao espírito. Já no *Discurso do Método*, o filósofo observa que “não é suficiente ter o espírito bom; o principal é aplicá-lo bem” e que o pensamento deve ser “conduzir por ordem”, do mais simples ao mais composto (Descartes, 1972, pp. 9, 28). A primazia da razão, portanto, não se reduz à oposição aos sentidos, mas implica a necessidade de disciplinar o entendimento por meio de um método que evite a precipitação e assegure a evidência.

Nesse contexto, torna-se relevante a distinção cartesiana entre os modos pelos quais a mente apreende as coisas e as limitações impostas pela união com o corpo. Para Descartes, o conhecimento sensível não fornece acesso direto à essência dos objetos, mas apenas aos efeitos que os corpos produzem sobre nós, de modo que a dimensão corporal funciona como uma instância de mediação que frequentemente introduz confusão e obscuridade no juízo. Por isso, ainda que o corpo seja necessário à vida prática e à conservação do sujeito, ele não constitui o meio privilegiado do conhecimento verdadeiro. Ao contrário, quanto mais o pensamento se afasta das imagens sensíveis e das afecções corporais, mais ele se aproxima de ideias claras e distintas, que pertencem propriamente ao intelecto. Essa hierarquia entre entendimento e sensibilidade reforça a tese de que o acesso à verdade depende da atividade racional pura, e não das variações da experiência corpórea.

Essa exigência se articula ao estatuto do *cogito* como primeiro princípio. Na Carta-Prefácio dos *Princípios da Filosofia*, Descartes afirma que o verdadeiro saber deve partir das primeiras causas, isto é, dos princípios, que precisam ser claros e evidentes e, ao

mesmo tempo, capazes de sustentar a dedução das demais verdades (Descartes, 2016, p. 15). Não por acaso, o filósofo escreve que “Aquele que pretende duvidar de tudo não pode no entanto duvidar que existe enquanto dúvida” (Descartes, 2016, p. 19). A certeza do cogito não é, assim, um resultado isolado, mas o ponto a partir do qual o pensamento pode organizar-se de forma racional e dar início à reconstrução do conhecimento.

A própria arquitetura do saber cartesiano confirma esse movimento. Na mesma Carta-Prefácio, Descartes compara a filosofia a uma árvore: as raízes correspondem à Metafísica, o tronco à Física e os ramos às demais ciências, entre as quais se destacam a Medicina, a Mecânica e a Moral (Descartes, 2016, p. 22). A imagem indica que o conhecimento não deve ser pensado como uma soma dispersa de opiniões, mas como um sistema em que cada domínio depende de fundamentos anteriores. A reconstrução cartesiana, nesse sentido, não consiste em reformar parcialmente velhas crenças, mas em refazer o edifício do saber a partir de bases mais sólidas e racionalmente ordenadas.

A *Sexta Meditação* aprofunda essa exigência ao mostrar que o alcance da razão ultrapassa a mera recepção das impressões sensíveis. Quando investiga a imaginação, Descartes distingue claramente “a imaginação e a inteligência pura” e observa que imaginar volta o espírito para o corpo, ao passo que entender é voltar-se para si mesmo e para as ideias que nele se encontram (Descartes, 2004, pp. 157-159). Esse ponto é decisivo porque mostra que a certeza não depende do modo como algo se oferece aos sentidos, mas da forma como é apreendido pelo intelecto. Ainda na mesma meditação, o filósofo sustenta que, ao pensar em si, apreende-se como “coisa pensante inextensa”, ao passo que o corpo é concebido como “coisa apenas extensa e não pensante” (Descartes, 2004, p. 169). A razão, portanto, não apenas organiza o conhecimento, mas permite distinguir com rigor o que pertence à ordem do pensamento e o que pertence à ordem da extensão.

A reconstrução do conhecimento adquire, assim, na *Sexta Meditação*, uma nova dimensão quando Descartes reexamina o estatuto das percepções sensíveis e a relação entre as ideias e os corpos exteriores. Embora reconheça que cores, sons, sabores, odores e demais afecções sensíveis se originam por ocasião da ação dos corpos sobre o sujeito, o filósofo sustenta que tais percepções não constituem reproduções fiéis da realidade exterior, exprimindo antes a maneira pela qual a união entre mente e corpo é afetada. Em contrapartida, aquilo que pertence propriamente à natureza dos corpos — como a extensão, a figura e o movimento — apresenta-se como mais adequado ao conhecimento racional, por poder ser

apreendido clara e distintamente pelo intelecto. A experiência sensível, portanto, não é eliminada, mas reinscrita em uma ordem epistemológica na qual as qualidades percebidas pelos sentidos deixam de constituir fundamento da verdade, ao passo que os aspectos inteligíveis da realidade corporal tornam-se objeto privilegiado da investigação científica.

Essa distinção se completa quando Descartes reconhece que mente e corpo, embora realmente distintos, encontram-se unidos na experiência vivida. Na *Sexta Meditação*, ele afirma estar “ligado de modo muito estreito” ao corpo, a ponto de compor com ele uma única coisa (Descartes, 2004, p. 175). Ao mesmo tempo, reconhece que as sensações de sede, fome, dor e prazer são modos confusos de uma união que não pode ser compreendida apenas a partir da extensão corpórea. O resultado é uma reconstrução do conhecimento que não exclui o corpo, mas o reinscreve numa ordem metafísica em que a razão continua sendo o princípio que estabelece distinções, corrige a confusão sensível e fundamenta a verdade.

Desse modo, a razão ocupa lugar central na filosofia cartesiana porque transforma a certeza inicial do cogito em critério de investigação e permite passar da crítica das crenças incertas para uma reorganização sistemática do saber. A filosofia cartesiana se afirma, assim, como um projeto de fundamentação racional do conhecimento, no qual método, evidência e ordem convergem para assegurar unidade e legitimidade ao saber.

Considerações finais

A presente pesquisa analisou a crítica de René Descartes à evidência sensível como fundamento do conhecimento, buscando compreender em que medida essa crítica contribuiu para a constituição do racionalismo moderno. Partindo do contexto de crise epistemológica dos séculos XVI e XVII, foi possível perceber que a filosofia cartesiana se organiza em torno da exigência de princípios seguros, capazes de resistir à instabilidade das opiniões herdadas, da tradição e da experiência sensível.

Ao longo do trabalho, observou-se que a dúvida metódica não deve ser compreendida como um ceticismo definitivo, mas como um procedimento provisório e rigoroso de investigação. Nesse aspecto, embora a suspensão do juízo encontre precedentes na tradição cética antiga — especialmente nos modos de Enesidemo —, Descartes se distingue dessa herança ao empregar a dúvida como instrumento de fundamentação, e não como suspensão permanente do assentimento. Sua intenção não é paralisar o conhecimento, mas submetê-lo a um exame rigoroso, eliminando tudo aquilo que não possa ser reconhecido como claro e distinto.

A análise da Primeira Meditação permitiu compreender que a falibilidade dos sentidos, o argumento do sonho e a hipótese do engano radical conduzem à suspensão das certezas sensíveis. Contudo, esse percurso não se encerra na dúvida. Ao contrário, ele prepara a descoberta do *cogito* como primeira verdade indubitável, isto é, como fundamento cuja certeza resiste mesmo à possibilidade universal do erro. A partir dessa evidência, a razão assume posição central na constituição do saber, deixando de ser mero instrumento auxiliar para tornar-se critério de verdade e princípio de organização do conhecimento.

Entretanto, a crítica cartesiana aos sentidos não se limita à constatação de que eles podem ocasionalmente enganar. A Sexta Meditação amplia decisivamente essa questão ao mostrar que a dúvida alcança não apenas a confiabilidade das percepções, mas também a própria existência das coisas materiais e a distinção entre mente e corpo. Ao distinguir a imaginação da intelecção pura, Descartes demonstra que o conhecimento verdadeiro não depende da faculdade imaginativa nem da evidência sensível, mas da atividade do intelecto. Da mesma forma, ao afirmar sua essência como coisa pensante e distinguir o corpo como coisa extensa, o filósofo mostra que a certeza racional precede e fundamenta a experiência.

Ainda na Sexta Meditação, a reflexão cartesiana reconhece a estreita união entre mente e corpo. Se, por um lado, a alma se conhece como substância pensante e o corpo como substância extensa, por outro, a experiência humana mostra que ambos estão intimamente ligados, constituindo uma unidade vivida. As sensações de sede, fome, dor e prazer não são, portanto, simples dados dos sentidos, mas modos confusos de uma união substancial cuja finalidade é a conservação do composto humano. Desse modo, a natureza sensível não é abolida, mas reinscrita em um quadro mais amplo, no qual sua função é prática e não fundacional.

Conclui-se, assim, que a crítica cartesiana à evidência sensível possui um alcance mais profundo do que a simples denúncia do erro dos sentidos. Ela conduz à reformulação das bases do conhecimento, deslocando o fundamento da verdade para a interioridade racional do sujeito e permitindo a reconstrução do saber sobre princípios seguros. A filosofia cartesiana inaugura, desse modo, uma nova orientação para o pensamento moderno: a razão passa a ocupar o lugar de critério último da verdade, enquanto os sentidos, embora úteis à vida prática, deixam de ser considerados suficientes para fundar o conhecimento.

Desse percurso resulta uma epistemologia marcada pela evidência intelectual, pela ordem metódica e pela necessidade de princípios primeiros. Em vez de aceitar passivamente as aparências, o sujeito cartesiano é chamado a examinar, distinguir e fundamentar aquilo que julga verdadeiro. É nesse movimento que a crítica à evidência sensível se revela decisiva para a constituição do racionalismo moderno e para a reorganização filosófica do saber.

Referências bibliográficas

DESCARTES, René. *Discurso do método*. Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Hemus, 1972.

DESCARTES, René. *Meditações sobre filosofia primeira*. Tradução, nota prévia e revisão de Fausto Castilho. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. (Coleção Multilíngues de Filosofia Unicamp – Série A – Cartesiana I).

ALVES, Marcos Alexandre. A veracidade das percepções claras e distintas: uma análise da teoria epistemológica de Descartes. *Problemata: Revista Internacional de Filosofia*, v. 12, n. 1, p. 56–72, 2021.

LANDIM FILHO, Raul. Percepção sensível em Descartes. *Analytica*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 1–28, 2019.

POPKIN, Richard H. *História do ceticismo de Erasmo a Spinoza*, trad. Danilo Marcondes. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2000.

SOUSA, Ana Cláudia Teodoro. Entre a certeza e a dúvida: Descartes e o ceticismo de segundo grau. *Kriterion*, Belo Horizonte, n. 155, p. 545–566, ago. 2023.

STROUD, Barry. Ceticismo e os sentidos. *Sképsis*, ano VII, n. 14, p. 1–15, 2016. Tradução de Mateus Lacerda de Sá Teles.

VASCONCELLOS, Cristian. *Sobre O Mundo ou Tratado da Luz, de René Descartes*. Universidade de São Paulo – Faculdade de Educação, 2009.

DESCARTES, René. *Princípios de filosofia*. Tradução de João Gama. Lisboa: Edições 70, 2016. (Textos Filosóficos, 70).